

BREVES REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA E A PERCEÇÃO E VIVÊNCIA EM ÁREAS PÚBLICAS

BRIEF COMMENTS ON HUMANISTIC GEOGRAPHY AND
PERCEPTION AND LIVING IN PUBLIC AREAS

BREVES REFLEXIONES SOBRE LA GEOGRAFÍA HUMANISTA Y LA
PERCEPCIÓN Y LA EXPERIENCIA EN LAS ZONAS COMUNES

Kelly Cristina Silva

*Doutoranda em Geografia IGC/UFMG. Mestre em Direito Ambiental – Universidade de Lisboa. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. UTRAMIG - Avenida Afonso Pena, 3400, Cruzeiro, Belo Horizonte/MG - CEP 30130-009.
E.mail: kelinabh@yahoo.com.br*

Ralfo Matos

*Professor Titular do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. Doutor em Demografia e Mestre em Economia Urbana e Regional (Cedeplar/UFMG). IGC/UFMG: Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - Belo Horizonte/MG - CEP: 31270-901
E.mail: ralfomatos@gmail.com*

RESUMO

Esse artigo examina os conceitos espaço, paisagem, lugar e identidade, tendo como norte alguns dos clássicos da Geografia Humanística, contrapostos com outras contribuições teóricas. Entende-se que é alta a pertinência metodológica dos humanistas em pesquisas contra-hegemônicas, nas quais determinados grupos sociais vivem sob ameaças de desterritorialização. Por outro lado, pesquisas nessa perspectiva teórica auxiliam a responder questões relativas à qualidade de vida nas grandes cidades, especialmente nos espaços públicos, geralmente destinados à vivência e usufruto de pessoas e grupos sociais diferenciados. A breve revisão da literatura se fez acompanhar, sempre que possível, de mediações derivadas da presença de aspectos que integram a modernidade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar, cultura e espaços públicos urbanos;

ABSTRACT

This article examines the concepts of space, place, landscape and identity, with the references of some classics of Humanistic Geography, contrasted with other theoretical contributions. It is understood that there's a high methodology coherence of humanist in counter-hegemonic researches, in which certain social groups live under threats of deterritorialization. On the other hand, researches on this theoretical perspective help to answer questions related to the quality of life in large cities, especially in public spaces, usually intended for living and enjoyment of people and different social groups. Whenever possible, the brief review of the literature was followed by mediation derived from presence of aspects that are part of the capitalist modernity.

KEY WORDS: Place, culture and urban public spaces;

RESUMEN

Este artículo examina los conceptos de espacio, lugar, paisaje y identidad, sobre la base de algunos de los clásicos de la geografía humanista, en contraste con otros aportes teóricos. Se entiende que es alta la relevancia metodológica de los humanistas en la investigación contrahegemónica, donde hay ciertos grupos sociales que viven bajo amenazas de desterritorialización. Por otra parte, la investigación sobre esta perspectiva teórica ayuda a respuestas a las cuestiones relativas a la calidad de vida en las grandes ciudades, especialmente en espacios públicos, generalmente destinados a experimentación y disfrute de las personas y grupos sociales diferentes. La breve revisión de la literatura hecha sigue, en lo posible, asociada con la presencia de aspectos de la modernidad capitalista.

PALAVRAS CLAVE: Lugar, cultura y espacios públicos urbanos.

INTRODUÇÃO

As reflexões que se seguem procuram examinar os conceitos espaço, paisagem, lugar e identidade, tendo como norte algumas das contribuições de clássicos da geografia Humanística, mas sempre que possível balizando-as por questões transdisciplinares que essa abordagem suscita. Em princípio, não há como negar a pertinácia metodológica de várias das frentes de pesquisas inspiradas nessa corrente teórica, especialmente em pesquisas contra-hegemônicas, nas quais comunidades e determinados grupos sociais vivem sob ameaça de desterritorialização e agressão de agentes do mercado.

Por outro lado, vários dos estudos dos humanistas podem ser utilizados para auxiliar a responder questões relativas à qualidade de vida nas grandes cidades. Especificamente nos espaços públicos, supostamente destinados à vivência de pessoas e grupos sociais diferenciados – praças e parques. Tais espaços podem ser pensados em antinomia com os espaços mais domésticos (privados), nos quais a percepção espacial muda de escala, mas sempre mediada pela modernidade que engolfa as sociedades urbano-industriais da atualidade.

Para tanto far-se-á uma revisão da literatura procurando evidenciar em sequência os conceitos espaço, lugar, paisagem e identidade, para proceder à determinadas combinações capazes de alimentar a reflexão e orientar determinados tipos de pesquisa que tenham como objeto espaços públicos dedicados ao usufruto de pessoas em uma cidade moderna.

ESPAÇO, PAISAGEM, LUGAR E MARCOS TEÓRICOS DA GEOGRAFIA CULTURAL

A experiência humana é espacial. Na tentativa de se definir espaço, tendo como base a tradição greco-latina (Hiernaux, Lindon, Aguilar, 2006) emergem imediatamente duas vertentes: a do espaço tido como um suporte ou receptáculo de fenômenos – que abarca parte da concepção de Kant, para quem o espaço era uma condição ou possibilidade da existência dos fenômenos; e a do espaço da modernidade, tido como reflexo da sociedade, talvez, a noção de espaço da matriz idealista hegeliana (espaço como um modo de ver as coisas, um esquema intelectual).

No campo disciplinar da geografia, pode se relacionar quatro perspectivas para a conceituação de espaço, quais sejam: 1) a *naturalista*, isto é, o espaço como meio natural (muito utilizado nos primórdios da geografia); 2) a *absoluto-relativo*, considerado como um plano homogêneo (absoluto) que, pode ao ganhar novos elementos tornar-se heterogêneo, relativo; 3) a de *produção material*, quando o espaço afigura-se como resultante da ação social ao longo do processo histórico de expansão capitalista; 4) a do *espaço vivido-concebido*, que se articula com os imaginários humanos e o ponto de vista do sujeito; espaço como um conjunto de símbolos.

Essas duas últimas perspectivas derivam de contribuições paradigmáticas que vêm se afirmando no mundo inteiro desde os anos de 1970 e, não raro, mobilizam esforços de pesquisadores em discussões sobre o alcance e pertinência de ambas correntes teóricas. Esse desafio é relevante porque a explicação de muitos fenômenos socioespaciais que se reproduzem nas sociedades capitalistas modernas só são suficientemente compreendidos se houver diálogos científicos entre as abordagens econômicas e culturais.

No âmbito da produção do espaço, o espaço é essencialmente um fato social, especialmente onde o econômico pulsa com intensidade, por força dos objetos materiais que tipificam as transformações das sociedades de massa. Milton Santos considera-o uma síntese em que as pessoas e os objetos definem o espaço, que é um atributo do ser.

“(…) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (…) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total”(Santos, 1978, p.171).

De outra parte, sem ignorar sua condição de espaço social, tão sublinhada na geografiacrítica, a aceção de “espaço vivido” na geografia humanística, instaura um outro eixo de compreensão: o espaço é permeado pela afetividade, pela psique humana, pelos símbolos identitários, enfim pela cultura. É o *locus* de experiências individuais e coletivas, cujas apreensões e apropriações no plano subjetivo dependem do capital cultural e social do observador e/ou do ator que vivencia distintos lugares.

O espaço vivido-concebido tem sido um foco de estudos da geografiacultural humanística, mas tem raízes antigas, ainda que sua afirmação como subcampo independente da geografiacultural tenha se dado a partir de fins da década de 1970. Antes, acumulara contribuições diversas, tais como a da geografia tradicional francesa, que enfatizava, como método de pesquisa, a relevância de contatos prolongados com objetos de estudo como regiões e paisagens. Nesse ambiente, Carl Sauer (Sauer, 2012, p.207) nos anos de 1920, sugeria o estabelecimento de um sistema crítico derivado do uso da sensibilidade do geógrafo no exame da paisagem pensada como método de estudo da relação homem/ambiente. A partir daí, casos de destruição e/ou alteração de paisagens seriam descritos, particularmente nos ambientes rurais. Com Sauer, os alicerces da nova linha de pensamento (geografiacultural) ganhou expressão, notadamente em suas clivagens com a história e a cultura inscritas nas leituras das paisagens culturais¹. Para Sauer, a cultura origina-se,

¹ Esta linha, porém, de acordo com Corrêa, sofreu fortes críticas principalmente no que tange a questões conceituais e metodológicas (não havia uma metodologia e conceitos de estudo claros), o que gerou uma relativa perda de prestígio e, por fim, seu declínio na década de 1940 (ROCHA, 2007).

difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo e representada no espaço, onde se localiza.

Sauer ainda continua sendo uma referência imprescindível na geografiacultural moderna, mas já nos anos de 1940 outras contribuições vieram se somar a esse ambiente de pesquisa. Dentre os nomes que ganhavam proeminência, pode-se mencionar John Kirkland Wright (Wright, 1947), por ter introduzido o conceito de “geosofia histórica”: definida como o estudo do conhecimento geográfico produzido por geógrafos e não geógrafos nos quais enfatizava as percepções e comportamentos que interferem no conhecimento do ambiente. As bases da investigação baseada no entendimento das culturas e modos de vida se aprofundavam, exatamente no momento em que a corrente teórico-quantitativa começava a ganhar evidência nos EUA, ao propor outras perspectivas de apreensão do mundo, nas quais o espaço se torna matemático, passível de ser modelado.

Nos anos de 1950, o geógrafo francês Eric Dardel (Dardel, 2011), cunhou o termo “geograficidade” ao salientar a importância das experiências e dos valores nas indagações e curiosidades sobre o mundo. O autor ao se opor ao espaço geométrico – abstrato, da física e da matemática – propunha o espaço geográfico material como fenômeno com o qual se estabelece um relacionamento intersubjetivo de seres-no-mundo. Assim, a distância geográfica não seria experimentada como quantidade, mas como qualidade no sentido do que seja perto ou longe. Geograficidade seria o modo de ser geográfico, envolvendo tanto a existência quanto a experiência (Dal Gallo; Marandola Jr, 2016 p.554). A interpretação de Holzer (Holzer, 2013, p.20) acerca dessa noção nos diz que se o espaço geográfico emerge de uma relação existencial homem-mundo, ele tem como essência a “geograficidade”, que delimita e determina a possibilidade do homem existir como ser-no-mundo.

Convém observar que dado o caráter de abertura e abrangência da geografia e as várias incursões metodológicas que internalizava desde o século XIX (a partir principalmente de Alemanha e França), não haveria como impedir o aumento da complexidade das discussões e novos investimentos metodológicos. Ademais, o diálogo com outras disciplinas de contato (tais como antropologia, etnologia, psicologia, biologia, além da história, filosofia e da economia), que vinham também amadurecendo cientificamente ao longo do século XX, deixariam influências indeléveis na evolução da própria geografia.

Assim, nos anos de 1960, quando emergiu um esforço de renovação da geografiacultural, novas linhas de ação eram traçadas, tendo como pressuposto as formas de apreensão do meio ambiente e as aproximações humanísticas. O contexto intelectual da época – revolta estudantil, contracultura – também influenciou a criação de um subcampo disciplinar

autônomo². Desse período, é importante destacar David Lowenthal (Lowenthal, 1961) por ressaltar a valorização da experiência vivida e da imaginação na atividade e no pensamento geográfico. O autor chegou a propor uma nova epistemologia para a geografia, partindo da geosofia, entendida como um projeto de ciência que abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático. O meio pessoalmente apreendido – ligado ao comportamento humano e ao modo como a paisagem é modelada e construída – deveria ser considerado nos estudos geográficos.

Aqui fica evidente uma orientação da geografiacultural que sempre sofreu muitas críticas, a de enfatizar a abordagem ideográfica, calcada no estudo do que é único, singular, bases do chamado individualismo metodológico. Mesmo após os intensos debates que a disciplina experimentara entre nomotéticos e ideográficos, a tentação de individualizar a percepção do espaço, na fuga dos grandes números, acompanha até a atualidade boa parte dos estudos da geografia cultural.

Talvez por isso mesmo, na década de 1970, Anne Buttimer (Buttimer, 1969), que estudou os tipos de valores de maior significado para os homens a partir de um olhar crítico, tratou de questões sociológicas e geográficas, avaliando as ideias de um ponto de vista filosófico. Teceu considerações sobre o existencialismo e a fenomenologia na Geografia, por ambas abrangerem a totalidade do ser. Essa perspectiva despontou como um ressurgimento da perspectiva cultural na geografia, sendo entendida como uma “nova geografia cultural”, denominada também degeografiafenomenológica³, geografia da percepção ou geografiahumanística.

Ainda nos anos de 1970, outros nomes emergiram no cenário internacional, como Gould e Gilbert White (Amorim Filho, 1999) após disseminaram a expressão *mapas mentais* para as representações geográficas armazenadas na mente humana. Já, Donald Meinig (Meinig, 1971), recomendava um programa de percepção ambiental em sintonia com a holística, a arte e a emoção, enquanto Edward Relph (influenciado pela obra de Dardel), antevia possibilidades de a fenomenologia dar o suporte filosófico para uma geografia preocupada com os aspectos subjetivos da espacialidade. Em seu esforço metodológico, Relph identificava seis tipos de espaço: o pragmático/primitivo, o perceptivo, o existencial/vivido, o arquitetônico/planejado, o cognitivo e o abstrato. O “lugar” seria a dimensão espacial ideal para articular essas diferentes experiências de espaço.

² Para Parsons, o cientificismo e o economicismo que dominavam a geografia eliminaram os valores morais e a subjetividade humana. Era então imperioso fazer uma aproximação humanística, tendo como objeto a apreciação da paisagem como ambiente natural e humanizado. (Parsonsapud Holzer, 1993-2008, p.139)

³ Título indicado por Edward Relph em 1971.

Lugar passa a ser um conceito revestido de novos significados, ao se referir a um espaço peculiar onde a afetividade humana o qualifica e singulariza. O lugar pode ser percebido de modo muito diferente por homens, mulheres, crianças, adultos e grupos sociais culturalmente distintos. A tentação ideográfica ressurgiu, a despeito de determinados agrupamentos humanos poderem se valer de suas idiossincrasias perceptivas no planejamento do espaço e na melhoria do bem estar coletivo.⁴

Outra contribuição teórica, que prioriza a percepção de pessoas e grupos, mas não exatamente de uma classe social da modernidade capitalista, é dada por Yi-Fu-Tuan. O autor introduz os conceitos de topofilia, topofobia e lugares valorizados para estruturar a relação homem-ambiente, reconhecendo que há uma disparidade de objetivos, métodos, pressupostos filosóficos e escalas para estudar tal relação (Tuan, 1980 *apud* Holzer p.116). Para Tuan, o humanismo⁵ ampliava a perspectiva científica cartesiana; assim, espaço e lugar – que definem a natureza da geografia – deveriam ser estudados, em uma perspectiva humanista, a partir dos sentimentos, das ideias de um povo na corrente da experiência, das relações intersubjetivas na constituição dos lugares (Holzer, s.d. p.117).

Tuan investiga os sentidos e os traços comuns da percepção, os mundos individuais a partir das diferenças e preferências de cada um, as percepções comuns a partir da cultura e das atitudes ambientais. Para ele, a cidade é uma espécie de síntese, tendo em mente o fato de que o espaço humanizado seria a materialização das atitudes atuais e passadas. Assim, o que importa são os sentimentos de indiferença, afeição/simpatia/admiração estética (*topofilia*), ou aversão/repulsa/desconforto/não admiração estética/medo (*topofobia*) do homem pelos lugares com os quais tem algum contato⁶.

O autor atribui grande relevância à cultura em seus trabalhos⁷, como se fosse imprescindível ao devir social. Considera que são as ligações afetivas evocadas pelo ambiente que transformam o espaço em lugar. A natureza do espaço e do lugar varia de acordo com os muitos matizes (cultural, social, histórico) da experiência. Ou, ainda, a cultura seria um escape: seja a proteção proporcionada pelo lar, até a tranquilidade oferecida pela religião. Nesse mesmo sentido, para Amorim Filho “sentimentos e valores (...) têm um papel importante (...) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise, de ações sobre esses lugares e paisagens” (Amorim Filho, 1999, p.137).

⁴ Determinadas políticas públicas podem considerar o leque de afetos e elementos simbólicos que caracterizam determinados prédios destinados à abrigar crianças ou idosos, valorizando e incentivando-os nas diretrizes de repasses de recursos financeiros.

⁵ Curiosamente, vários clássicos da Geografia Humanística, não estabelecem um diálogo filosófico com os humanistas do fim da Idade Média, que tanto marcaram as ideias difundidas no renascimento europeu do século XV.

⁶ Pode-se ainda falar em topocídio e toporeabilitação.

⁷ Topofilia (1980), Espaço e Lugar (1983), Paisagens do Medo (2006), The Good Life (1986), Escapism (1998)

Lugares, por sua vez, só existem a partir do compartilhamento de experiências com os outros, sendo movimento (espaços da locomoção), ou pausa, provocada pela atração (*insiders*), ou repulsão (*outsiders*). (Holzer, 2013, p.23). Se um grupo de pessoas compartilha mundos comuns – tornados lugares –, esses podem ser demarcados e assumir a condição de “territórios”, e se apresentarem como afirmação de identidade (Holzer, 2013, p.25), cuja fluidez varia conforme a mobilidade que possuem. Para Tuan (Tuan, 2011 *apud* Holzer, p.27), nas sociedades modernas e contemporâneas, o movimento centra-se em ambiente que formam uma dupla polaridade, já que “a maior parte das pessoas experimenta a casa como o centro de suas vidas e o local de trabalho como polo negativo”.

Curiosamente, provavelmente sem conhecer a obra de Tuan, o antropólogo Roberto DaMatta (DaMatta, 1997) desenvolveu nos anos de 1980 e 1990 um dualismo semelhante que sintetizaria as bases da sociedade brasileira: o da “casa”, relativo ao âmbito afetivo e privado, e o da “rua”, relativo ao espaço público onde domina a competição e racionalidade.⁸ Esse dualismo é extremamente controverso, por guardar alta proximidade com o senso comum e nivelar comportamentos sociais como se integrantes de um mundo pré-moderno “emotivo”, supostamente herdado da colonização portuguesa, em um país já bastante modernizado, com um dos maiores parques industriais do hemisfério sul já naqueles decênios.

Bem mais instigante, é a contribuição do sociólogo Pierre Bourdieu, que de fato ampliou em muito a compreensão das clivagens das sociedades contemporâneas, especialmente por se distanciar do economicismo ao elaborar o conceito de capital cultural. Aqui sim, os diálogos com a Geografia Humanística soam bem mais promissores. Evitando os equívocos dos que supervalorizam a meritocracia, mas ignoram as vantagens de berço de determinados grupos sociais, Bourdieu (Bourdieu, 2000; Bourdieu, 2010) nos diz que o capital cultural é constituído tanto pelas condições afetivo-emocionais (psíquicas) necessárias ao exercício do aprendizado (que se acumulam desde o nascimento) quanto pelo aprendizado em si do conhecimento formal ao longo da vida infanto-juvenil.

Destarte, as novas contribuições que se somaram à trajetória da geografiacultural parecem incorporar por vias transversas parte das preocupações de Bourdieu. Servem de exemplo Denis Cosgrove e Mitchell (Mitchell, 1993-2008, p.84)⁹ que trouxeram novos ares à geografiacultural.

⁸ O interesse da antropologia urbana por espaços ricos em especificidades e diversidade social das cidades modernas também permitiu o surgimento de trabalhos como o de Magnani que apresenta um domínio intermediário, o do ‘pedaço’, com características espaciais e simbólicas reconhecíveis. Ver Magnani, 2012, p.89.

⁹ O autor considera a definição de cultura complexa e nebulosa: desde a posição superorgânica (cultura como um sistema que existia acima e além da vontade e desejos de membros individuais da cultura), passando pelo domínio, meio ou sistema de significados da nova geografia cultural. Segundo o autor, “é uma falácia presumir que a cultura tem uma existência ontológica e (...), reconhecendo esta falácia, podemos continuar com o trabalho importante de compreender como a ideia de cultura funciona na sociedade”, abrindo-se mão do vazio da abstração ‘cultura’. Para o autor, o que de fato importa é o histórico da ideia de cultura como um meio de ordenar e definir o mundo; recomenda, assim, que a geografia cultural tente compreender

Para Cosgrove, a geografia cultural moderna move-se, principalmente, por meio de três combinações: *i*) a da Cultura e consciência, onde a cultura é, concomitantemente, determinada e determinante da consciência e das práticas humanas; *ii*) a da Cultura e natureza, onde qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar de essa transformação poder não estar sempre visível. O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza; *iii*) a da Cultura e poder, onde as diferentes posições que uma pessoa pode ocupar em uma dada sociedade significam experiência e consciência diferentes e, até certo ponto, uma cultura diferente. O *quantum* dessa diferença varia bastante, porquanto uma mesma sociedade pode incluir culturas tão radicalmente diferentes que parecem ser incompatíveis. Circunstância essa que gera forte contestação entre os grupos dotados de força equivalente na disputa pelo poder. Enfim, frequentemente lidamos com subculturas dentro de uma cultura dominante.

O autor introduz a figura do Estado em suas proposições, fato raro nos escritos dos que lhe precederam, apesar de ser uma instituição que intervém constantemente na produção do espaço e é palco de disputas de poder, nas quais o mercado o pressiona a todo momento. Para Cosgrove, o Estado, supostamente representante de um “interesse nacional”, procura introduzir pelo menos os rudimentos de uma cultura comum via educação, por exemplo. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras e válidas “culturalmente” para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Quanto menos visível isso for, quanto mais as suposições do grupo dominante parecerem senso comum, mais conformidade à lógica da reprodução. Esse fenômeno é denominado hegemonia cultural. Cosgrove, com essas correlações, de modo semelhante à Pierre Bourdieu, desvenda uma das chaves da dominação econômica nas sociedades modernas: invisível, mas persuasiva, exatamente por ancorar símbolos culturais.

Cosgrove sugere, ainda, a decodificação das paisagens simbólicas sob o ponto de vista da cultura como poder, podendo-se então falar em culturas dominantes e alternativas, que se subdividem em residuais, emergentes e excluídas. As “*paisagens da cultura dominante*” emergem quando um grupo (ou classe) determina a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade de acordo com seus próprios valores. Seu poder é mantido e reproduzido por causa de sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios

como grupos poderosos historicamente operacionalizaram a noção de cultura, observando, eg, como referências à cultura e às diferenças culturais podem favorecer, entre outros, a produção de uma ‘subclasse’ ou subcultura. A cultura dominante e as subculturas não existem somente no sentido político, mas também em questões de gênero, idade e etnicidade, pois como já dito em outra parte, o estudo da cultura está ligado ao estudo do poder. Deve-se, ainda, atentar-se ao fato do poder atual dos meios de comunicação no sentido de se disseminar ideias e persuadir.



disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem de mundo consoante com sua própria experiência e tornar essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade. Esse é o significado da ideologia, pois em sociedades de classe, o excedente é concentrado socialmente da mesma forma como é espacialmente, sobretudo nas cidades. Já as “paisagens de culturas alternativas” se subdividem nas: a) *Paisagens da cultura residual*, aqueles testemunhos do passado, que já foram dominantes, mas que têm novos significados na contemporaneidade; b) *Paisagens da cultura emergente*, mais variadas e muitas vezes transitórias, com impacto permanente relativamente pequeno sobre a paisagem. Tradicionalmente oferecem um desafio à cultura dominante existente, por propiciar uma visão de futuros alternativos possíveis; c) *Paisagens da cultura excluída*, aquela representada no geral pelas mulheres no que concerne ao impacto sobre a paisagem, uma vez que a cultura feminina está ainda ligada ao lar, ao jardim doméstico, ainda que a paisagem pública esteja repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico (Cosgrove, 2012, p.225).

CULTURA, PAISAGEM URBANA, IDENTIDADE E OLHARES TRANSDISCIPLINARES

Ao estudar os significados do espaço em uma sociedade pode-se estabelecer conexões com a vida cotidiana, a dinâmica familiar, as condições de vida, crenças e classes sociais. Contudo, cada estudo depende do olhar do observador sobre determinado espaço. O modo como certo espaço é percebido/sentido é que faz dele uma paisagem¹⁰. Paul Claval (Claval, 2012) chega a afirmar que o ponto de observação, o ângulo e o enquadramento da vista resultam de uma escolha de cada observador. Há, pois, uma dimensão subjetiva na base de uma representação. A multiplicação dos pontos de vista é uma tentativa de oferecer uma imagem mais fiel da realidade. A cultura desempenha o papel de filtro socioespacial, que varia a cada indivíduo e grupo social, e pode provocar efeitos multiplicadores, ricocheteando entre os usuários e consumidores de determinados espaços urbanos. É dentro dessa perspectiva que a paisagem surge como “*uma realidade cultural, pois ela não é somente resultado do trabalho humano, mas, também, objeto de observação, e mesmo, consumo*” (Pitte, 1986 apud Amorim Filho, 1999, p.143).

¹⁰ A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. Para Augustin Berque, a paisagem exprime concretamente a relação da sociedade com o espaço e com a natureza, que é o objeto de estudo da geografia cultural (Berque, 2012). Para Roger Brunet a paisagem como conjunto de indícios diz muito sobre a sociedade que a produziu. Não sem tendenciosidade: partes escondidas, indícios enganosos, polissêmicos, remetem a indicações diferentes; a “mensagem” é embaralhada, em parte por causa dos remanescentes. (...) é aquilo que ela revela a quem sabe olhar (Brunet apud Claval, 2012, p.275). Já para Jöel Bonnemaïson uma paisagem é uma estrutura visual na qual se leem, concomitantemente, o dinamismo e as relações entre uma série de fatos físicos, sociais e econômicos; não existiria etnia ou grupo cultural que, de um modo ou outro, não tenha investido física e culturalmente num território (Bonnemaïson, 2012, p.280).

Pode-se assim considerar que a paisagem existe, primeiramente, em sua relação com um **sujeito coletivo**, qual seja, a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma. A paisagem é, assim, além de marca, uma matriz, pois participa da cultura. Há, então, duas óticas para sua compreensão: por um lado a paisagem é um olhar, apreendida por uma consciência, por uma experiência, julgada e eventualmente reproduzida por uma estética e uma moral, gerada por uma política; por outro lado, a paisagem é plurimodal – passiva-ativa-potencial, etc – assim como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe. A paisagem e o sujeito são cointegrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e autorreproduz no jogo desses diversos modos.

Nesse sentido, Claudete Vitte (Vitte, s.d., p. 97) afirma que as pessoas, ao vivenciarem a cidade, percebem o meio e adquirem uma imagem mental própria e individual, que pode ser diversa comparada à de outros. Já Pedro Jacobi (Jacobi, 1999) vê o fenômeno da percepção como uma via de mão dupla: por um lado, seria a forma como as pessoas compreendem o meio em que vivem, o seu lugar, que está sujeito à interferências de fatores socioculturais. Assim, a percepção da cidade – ou de trechos da cidade – varia de acordo com os grupos sociais. Por outro lado, as leituras individuais também são influenciadas pelo sentido dado ao espaço ocupado pela coletividade.

Essas diferenciações são resultantes do capital cultural das pessoas e grupos sociais. Para Olivier Dollfus (Dollfus, 2012, p.242), a cultura contribui para a interpretação do espaço ao permitir a articulação entre o imaginário e o real. A ideia de cultura, traduzida em termos espaciais não pode desvincular-se da ideia de território para Bonnemaïson (2012, p. 288), pois “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço”. No mundo da modernidade capitalista, cada vez mais pessoas vivem em ambientes sobre os quais os habitantes não têm poder. São, de certa maneira, habitantes em trânsito numa paisagem dada, indiferente culturalmente.

Cultura pode ser entendida como os significados que um dado grupo social elabora e re-elabora com base em suas experiências, o que inclui avaliações, contatos e descobertas. Os significados derivam das representações e procuram fornecer inteligibilidade aos diferentes aspectos da vida. A cultura, portanto, é um contexto e condição social. É parte integrante da sociedade, assumindo, assim, forte caráter político. Significados, contexto, diversidade cultural e política são elementos centrais no conceito de cultura. Dada a natureza social de seus significados, eles não são fechados, estáveis, mas, ao contrário, abertos, instáveis, polivocais, sujeitos à confrontação e re-elaboração.



A espacialidade da cultura estava claramente esboçada na geografia saueriana, assim como ocupa um lugar central na geografia cultural que surge a partir da segunda metade da década de 1970. Para Roberto Lobato Corrêa, a cultura está em toda parte em razão de sua natureza humana. A espacialidade decorre do fato dos processos e fenômenos, naturais e/ou sociais, se inscreverem diversamente em termos de distribuição espacial. A diferenciação espacial derivada de lógicas distintas assume aspectos quantitativos e qualitativos, “*gerando variações sistemáticas, numericamente diferenciadas, e ocorrências únicas, de longa ou curta duração, e originadas de processos internos de diferenciação ou da adoção desigual de inovações externamente produzidas*”.

O encontro entre a questão cultural e o urbano ocorreu timidamente em meados do século XX, desenvolveu-se bem mais na década de 1980, até ganhar maior consistência com a publicação do livro de James Duncan intitulado “*The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom*”, um marco da agregação da cultura aos estudos urbanos (publicado em 1990). Segundo Roberto Lobato Corrêa, a incorporação do urbano pela geografiacultural se deu apenas a partir de meados da década de 1970. Antes os estudos ainda eram predominantemente de caráter rural.

No espaço urbano, não se pode dizer que há uma homogeneidade cultural, pondera Haesbaert (Haesbaert, 2002). Há várias formas de diferenciação socioespacial em uma cidade, em meio à diversidade material e simbólica de objetos, formas de relação, de comunicação, de práticas culturais, de processos de identificação, reunião e apropriação espacial. A diversidade identitária permeia a realidade urbana, sendo o urbano, o ambiente de interação de vários grupos heterogêneos no espaço, ou seja, uma diversidade de micro agregações socioespaciais hierarquizadas, ou em mosaicos várias vezes sobreposto.

Mas na grande cidade brasileira da atualidade, onde a insegurança, a incivilidade, a anomia e a indiferença prosperam nos escaninhos da globalização capitalista, essa aludida diversidade identitária não estaria se perdendo, diluindo ou descaracterizando-se irremediavelmente?

O tema das identidades¹¹ urbanas ainda oferece um amplo espaço para investigação na geografia ou na antropologia. Pode-se considerar que identidades se constroem a partir do reconhecimento de uma alteridade, o que só é possível acontecer quando existe interação, relações e contatos entre grupos diferentes (Serpa, 2014), o que frequentemente ocorre em espaços públicos urbanos como em praças e parques. É com a alteridade que se pode

¹¹ Sobre o tema das identidades e globalização, ver Bauman, 2005 (que considera que identidade é, pela própria natureza, intangível e ambivalente, numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais. Para o autor, é essencial colher a “verdade” de todo sentimento, estilo de vida e comportamento coletivo e isso só é possível quando se analisam os contextos social, cultural e político em que um fenômeno particular existe, assim como o próprio fenômeno), Le Bossé, 2012; Haesbaert, 2012, p.234; Hallapud Haesbaert, 2012, p.240.

definir **territorialidade**, de acordo com Bourdieu (Bourdieu, 2000): existir socialmente é também ser percebido como distinto¹².

Território, nas acepções mais atuais desse conceito, suscita a existência tanto de identidades firmes quanto efêmeras. A afirmação de muitas das nações modernas exigiram o fortalecimento de mitos fundadores e de valores identitários perenes. Já nas territorialidades circunstanciais em muitas áreas de grandes metrópoles (como em uma ocupação, nas cracolândias, etc.) os traços identitários podem ser provisórios.

A territorialidade, para Serpa, contém vários sinais de laços de identidade, que tentam de algum modo “*homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade*” (...). Assim, os estilos de vida, “*percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente (como distintos, vulgares, etc)*” (Serpa, 2014, p.20).

Segundo o autor, encontramos-nos diante de um estilo de vida de classes médias que busca homogeneizar as diferenças culturais em prol de modos de consumo globais¹³. Entretanto, convém alertar para a advertência de Bauman (Bauman, 2005), quando observa que o pertencimento e a identidade – comunidade fundida por ideias – não possuem a solidez de uma rocha, não são garantidos para sempre, já que em nossa época “líquido-moderna”, o mundo a nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados; enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados.

A diversidade social produz o constante encontro com o ‘outro’ cujo resultado pode ser instabilidade identitária, negação e conflito, o que faz emergir a ideia de proteção de aspectos e atributos identitários em algumas situações, como preceitua Benhur Costa (Costa, 2005, p.87). Os processos de identificação com os ‘iguais’ e a pontuação de alteridades geram apropriações de pequenas partes do espaço (territorialização) durante o período de permanência, com fronteiras de convivência permeáveis e elásticas. Seriam, assim, territorializações geradas no cotidiano. Diferentes grupos sociais põem em marcha micro formas de segregação no uso de determinados espaços públicos da cidade, balizadas por diferentes práticas culturais (Costa, 2005, p.92). No meio urbano multicultural pode-se observar posturas de tolerâncias positivas, nas quais aceita-se a troca de informação entre estranhos (integrantes de grupos culturais distintos), o que causa hibridização. Já as posturas negativas admitem coexistência próxima, mas sem troca de informações, sem gerar, portanto, hibridização.

¹² Vale lembrar que diferente e desigual não se confundem: o primeiro é no sentido de alteridade, não sendo possível, a princípio, hierarquizar, já desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório. Ver Haerbaert (1997).

¹³ Ou, nas palavras de Maria Linarejos Cruz Perez (Perez, 2012): “*nouvelles valeurs vulgarisées et uniformes, qui son tele mèmes de toutes parts et qui diluent son identité. L'échelle humaine des places publiques traditionnelle se remplacee par une échelle différente, disproportionnée, reposant sur les intérêts commerciaux, don't l'objectif est clair : encourager la consommation*”.

Ao associar territórios identitários e tipos de grupos sociais, convém mencionar Goffman (Goffman, 1988, *apud* COSTA, 2005, p.82) que considera que os indivíduos possuem duas identidades. A *virtual*, com as obrigações e atribuições individuais de acordo com os papéis sociais frente as instituições (família, trabalho, religião, burocracia estatal, negócios, etc) e a *real*, que seria o conjunto de possibilidades psíquicas, culturais e biológicas. Por extensão, haveria então uma cidade formal, constituída por grupos e agregados socioespaciais formais (família, trabalho, religião, burocracia estatal, negócios, etc), e uma cidade informal, constituída por grupos e agregados socioespaciais informais (de caráter afetivo, estético, festivo, vinculadas aos lugares em que o indivíduo poderia demonstrar o que quer das relações sociais) (Costa, 2005).

Por meio da identidade *virtual* e da *real*, o autor chama a atenção para o fato de que os atores sociais improvisam e relativizam estruturas de poder e dominação: “*as representações e a teatralização nas interações, assim como os processos de encobrimento e descobrimento da identidade real – as interações em si –, são situacionais, localizadas e contextuais; nesse sentido territorializadas*” (Costa, 2005, p.98). No processo identitário, o espaço transforma-se em “*suporte para a produção e a manutenção do campo relacional que constrói o conjunto de atributos vinculados à identidade que se produz*” (Costa, 2005, p.85). As noções de pertença ou adequação a determinado grupo social e alteridade são componentes-chave da identidade. Como construção social, ela pode ser desconstruída e reconstruída, tornar-se mais ou menos complexa, fragmentada ou delineada. Não há como, portanto, desvincular território e identidade uma vez que esta é determinante no processo de construção daquele. Contudo, identidades podem ser forjadas, já que são os membros do grupo que atribuem significado ao pertencimento cultural. Assim, a sociedade depende da comunicação entre seus membros, que compartilhariam atitudes, sentimentos e ideias comuns (Magnani, 2012, p.20).

Por outro lado, ainda que não se possa falar em homogeneidade cultural urbana, e sendo as identidades, pela própria natureza, intangíveis e ambivalentes, numa sociedade de massa que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, haveria um *ethos* urbano, isto é, “*qualidades de comportamentos coletivos inerentes a um sistema de orientações ao social que caracterizam um grupo, comunidade, ou população*” (...) capazes de conectar-se a “*esse sistema de disposições coletivas baseadas no senso de responsabilidade, como orientação ao outro, a uma ideia de ‘comunicação livre de coerção’ como fator de urbanidade: a interação entre diferentes posições, a comunicação entre diferentes livre de violência*” (Netto, 2010, p.20). Ou seja, uma maneira de ser, um estilo de vida, uma performance cidadina de comportamento.

É lá, no coração do urbano, que se abrigaria esta energia e que se constituiria este elemento comportamental, simbólico e intrínseco à modernidade, como um jeito especial de agir e de ser habitante de uma cidade. Metaforicamente se pode intuir que o centro é como um laboratório que define padrões e mesmo forja estereótipos que individualizam e distinguem as cidades, umas das outras, a despeito de o processo de transformação de valores estar em marcha mesmo em grandes metrópoles, o que inclui a assimilação da cultura urbana (valores mais modernos) por contingentes situados nas camadas inferiores da hierarquia social. (Cf. Lopes, 2008, p.202).

Segundo Odette Seabra (Seabra, s.d.)¹⁴, com a explosão da cidade e a configuração da metrópole, o horizonte de pertencimentos torna-se difuso, ocorrendo o consumo do *ethos*. A partir dessa transformação, a relação entre qualidade e quantidade se altera, dando lugar à lógica e à hegemonia da quantidade:

“como um princípio genérico sabe-se que os atributos de qualidade e de quantidade expressam-se, inversamente (um no outro); que a expressão quantitativa da metrópole se traduz em perda de qualidade no âmbito das experiências vividas. Embora nem todos percam da mesma forma e na mesma proporção. Pois a situação de classe insere cada um e todos na sua estrutura com suas funções (...)”.

Na verdade, um *ethos* urbano é tão difícil de compreender como a estrutura que o apoia. É uma combinação sutil de valores, significados, propósitos, expectativas, obrigações e legitimações que constituem as normas de funcionamento de uma cultura em relação a uma entidade social (Stackhouse, 1972, p.5). Uma das tarefas distintas da ética é definir o *ethos*, ou seja, identificar, avaliar, organizar ou reorganizar as redes de normas em um ambiente sociocultural. Para lidar com esta tarefa, deve-se tentar encontrar as normas operativas que estão incorporadas na estrutura e funcionamento da sociedade no meio da urbanização. Na história, todo centro urbano tinha um princípio teológico como núcleo do seu *ethos* (Rosendahl, 1999, p.14)¹⁵. E na cidade moderna? Qual o peso das convicções socioculturais na vida cotidiana?

Diante dessas indagações, cabe retornar ao conceito de capital cultural, nos marcos das proposições de Bourdieu. Ao definir o conceito *habitus* como um modo de vida resultante de heranças culturais provenientes das origens de cada pessoa (mesmo que ela não saiba), o autor contribui para o entendimento de questões relativa a aspectos identitários, nos marcos

¹⁴ Para a autora, “a metrópole é afirmação positiva, necessária desse desenvolvimento. Mas é também e ao mesmo tempo, a negação da urbanidade.”

¹⁵ Zeny Rosendahl argumenta que o templo é forte elemento de conexão entre cidade e religião e que a presença do santuário, ocupando o lugar central nos primeiros núcleos de povoamento, é reconhecida tanto pelos pesquisadores da corrente que defende que a religião teve papel ativo no surgimento das cidades quanto pelos da corrente dos que atribuem o surgimento das cidades a fatores técnicos e econômicos.

dos estudos de percepção urbana. *Habitus* constitui-se, pois como um capital cultural que é apropriado e transmitido, estruturando de fato um poder simbólico próprio das classes dominantes e tornado uma aspiração nas camadas populares. Emoldura um verdadeiro sistema que põe em marcha determinados esquemas que se reproduzem inseparáveis de aspectos éticos e estéticos, porquanto, exprimem necessidades “*em sistemas de preferência, cujas oposições reproduzem, sob forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação, assim transmutadas em distinções simbólicas*”. (Bourdieu, 2003,p.74).

Bourdieu dialoga em certa medida com Michel Foucault na elaboração de uma perspectiva crítica da modernidade capitalista, especialmente no tocante à existência de formas subjetivas de exclusão e discriminação de determinados grupos sociais (estrangeiros, crianças, loucos, etc).

Ressalte-se que a ideia do “panóptico” de Foucault poderia se constituir em uma forma eficiente de vigiar desviantes na atualidade sem a necessidade de edificações muradas abrigando instituições disciplinares. Em plena era digital, relações de poder se espraíariam sub-repticiamente por informações travestidas de conhecimento difundido pela mídia, passíveis de manejar comportamentos. Afinal, “*não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder*”. Destarte, o poder instituído “*não é uma autoridade exercida sobre questões de direito, mas acima de tudo um poder imanente na sociedade, que se reflete na produção de normas e valores*”. (Foucault, 1999,p.30).

ESPAÇOS PÚBLICOS, PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA: NOTAS FINAIS

A reflexão sobre os espaços públicos existentes nas grandes cidades pode ser priorizada em relação aos espaços privados, na suposição de que neles haja mais permeabilidade social e mais liberdade na manifestação de aspectos identitários (supostamente mais livre de interdições) que se articulam à percepção da paisagem.

Os sentimentos topofílicos e a própria indiferença (como preceitua Tuan) são encontrados entre os frequentadores de parques e praças, variáveis com o capital cultural de cada segmento social, o que assegura mais heterogeneidade (como pondera Haesbaert), sobretudo se o número de usuários for expressivo.

De todo modo, as balizas da modernidade devem ser consideradas na geografia cultural em pesquisas que recubram aspectos identitários como salientam Hall e Vitte. Assim, cabe indagar se na atualidade as oposições espaço público versus espaço privado são úteis para

levar em consideração nos trabalhos de campo. Afinal, os dualismos permeiam a literatura econômica e sociológica no Brasil há muito tempo, desde pelo menos o clássico de Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala. Os transeuntes de praças e parques se sentem em casa ao trafegar por esses espaços? Comportam-se como cidadãos movidos pela racionalidade diante da coisa pública?

As dicotomias de Tuan e DaMatta são úteis para pensar aspectos relativos à qualidade de vida no ambiente urbano das grandes cidades. Com as mudanças resultantes da modernidade que se disseminam no Brasil há pelo menos 60 anos, o que se pode afirmar a respeito desses espaços – aparentemente dicotômicos – nos dias de hoje? O espaço da casa continua sendo o *locus* da intimidade, dos sentimentos familiares, “lugar” da afetividade? Ou tudo isso vem se alterando lentamente, de modo imperceptível, por causada redução drástica dos tamanhos das famílias nas últimas décadas, a ponto de a casa vir se tornando um espaço dormitório, de solidão, com pouco afeto em face das tendências do individualismo que prosperam em famílias constituídas por um ou dois indivíduos? Ainda assim, parece ser o espaço do exercício da intimidade, mas não de relações de grande força afetivo-familiar, com a mulher no velho papel de “rainha do lar”, cuidadora de filhos e responsável pelo preparo dos alimentos servidos em uma grande mesa com muitos comensais e o chefe do domicílio à cabeceira.

Diante da verticalização das áreas centrais das grandes metrópoles, do aumento da violência, da poluição e da intolerância, a casa passou a ser um apartamento de prédios com porteiro ou uma moradia contornada por muros altos, arame farpado ou cerca elétrica. A antiga socialização existente nos portões das antigas casas desapareceu. A experiência de jovens se encontrando na calçada de muros baixos de casas acessíveis aos amigos (até mais ou menos 1975) desapareceu.¹⁶

Já a rua, espaço milenar de múltiplos tipos de socialização entre diferentes, espaço da alteridade, parece ter se tornado espaço do automóvel. Desapareceu a rua de áreas centrais de grandes cidades dotadas de largos canteiros centrais (onde se praticava o futebol, as “peladas”) e era pequeno o trânsito de automóvel (como ocorria até 1970). Esses canteiros se estreitaram ou foram eliminados e, não raro, as calçadas passaram a ser ocupadas pelo comércio ambulante, placas de propaganda, pedintes e sucessivos desníveis para saída e entrada de veículos. A rua como vigoroso espaço de socialização e encontro passou a ser evitada. Restaram as praças e os parques públicos, além dos simulacros de praças “públicas” existentes em nichos segregados de Shoppings Centers e grandes edifícios.

¹⁶ Servem de exemplo os históricos encontros de jovens músicos no famoso “Clube da Esquina”, na calçada frontal à casa dos Borges em Santa Tereza, Belo Horizonte.



Mas o que dizer das praças e parques efetivamente públicos? Aqui sim, pode-se investigar melhor a que uso se destinam na atualidade, especialmente se forem classificadas por tamanho, já que várias pequenas praças não passam de rótulas disciplinadoras do trânsito de veículos, sem nenhuma função de entretenimento, em áreas de alta densidade de tráfego.

Em praças de grande e médio tamanho há frequência habitual de pessoas de várias idades, sobretudo se o poder público cuida minimamente dos equipamentos disponíveis, dos jardins, lagos, passeios e sanitários. Mas os frequentadores são amistosos, simpáticos uns com os outros, socialmente diversificados? Essa é uma questão que só pode ser respondida por sucessivas pesquisas *in loco*. Já que, nas grandes praças, além do uso frequente para grandes shows musicais cedidos/promovidos pelo poder público em datas festivas, em eventos esportivos, ou em comícios em época de eleições, há usos mais rotineiros, não raro geradores de conflitos e situações de violência e criminalidade. Mas e as relações de entretenimento e convivência social? Ainda existem nesses ambientes ou também tendem a desaparecer?

Pesquisa em andamento, realizada em praças e parques de Belo Horizonte¹⁷, indica que há ainda um conjunto de relações socialmente importantes que agregam jovens de várias classes sociais, além de adultos de classe média que utilizam esses espaços para caminhadas matinais e exercícios físicos. São espaços topofilicos, geralmente se prestando a encontros e compartilhamento de experiências, ou apenas para a busca por lazer e leitura. É evidente para a maioria dos entrevistados o conforto proporcionado pelas paisagens permeadas de abundância de áreas verdes. Ademais, verificou-se entre os diversos grupos de usuários manifestações identitárias que trazem a questão da alteridade, como preceituam Ben Hur Costa e Angelo Serpa.

Por fim, algumas situações de conflito mostraram a oposição recíproca de grupos evangélicos e “skatistas”, “gays” e jovens supostamente usuários de drogas. Muitos reclamam do poder público pela ausência de conservação de sanitários, bebedouros, de playgrounds (utilizados por crianças acompanhadas por empregadas domésticas) e do estado do calçamento das pistas de caminhadas e corridas.

¹⁷ A cidade, resultante da planta de Aarão Reis fora pensada dotada de uma parte urbana, limitada pela Avenida do Contorno, com ruas largas, traçado quadricular, grandes avenidas arborizadas, muitas praças e um grande parque central.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM FILHO, O. B. **Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*. 2ª Edição. São Carlos: UFSCar/Studio Nobel, 1999, p 136-152.
2. Bauman, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**, tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
3. BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
4. BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em torno do território**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
5. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
6. BOURDEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo: Zouk/Edusp, 2010.
7. BRUNET, Roger *apud* CLAVAL, Paul. **A paisagem dos geógrafos**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
8. BUTTIMER, Anne. **Social Space in interdisciplinary perspective**. *Geographical Review*. Pp 417-426, 1969.
9. CLAVAL, Paul. **A paisagem dos geógrafos**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012
10. COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
11. COSTA, Benhur Pinós da. **As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica**. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. RJ: EdUERJ, 2005.
12. DAL GALLO, P.M.; MARANDOLA JR, E. **O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografia**. *Geosp – Espaço e Tempo (online)*, v. 19, n. 3, p 551-563, 2016.
13. DAMATTA, Roberto. **A casa & a Rua Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
14. DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.
15. DOLLFUS, Olivier. **Comentário de Olivier Dollfus ao artigo BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
16. FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

17. GOFFMAN, E. **Estigma**. RJ:Guanabara, 1988 *apud* COSTA, Benhur Pinós da. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: temas sobre cultura e espaço. RJ: EdUERJ, 2005.
18. HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói:Eduff, 1997.
19. HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, 2002.
20. HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: Geografia Cultural: uma antologia (2). Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
21. HALL S. **A identidade cultural na pós modernidade***apud* HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: Geografia Cultural: uma antologia (2). Organização Roberto Lobato Corrêa, ZenyRosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
22. HIERNAUX, Daniel; LINDON, Alicia; AGUILAR, Miguel Ángel (Coords). **Lugares e Imaginarios em la Metropolis**. Anthropos, Mexico, Rubi, Barcelona, 2006.
23. HOLZER, Werther. **Sobre territórios e lugaridades**. In Cidades, volume 10, número 17, 2013 p 18-29.
24. HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea**. Inp 113-123.
25. JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. SP: Annablume, 1999.
26. Le BOSSÉ, Mathias. **As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas**. In: Geografia Cultural: uma antologia (2). Organização Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
27. LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, edonline.
28. LOWENTHAL, David. **Geography, experience and imagination: toward a geographical epistemology**. Annals of the Association of American Geographers. P 241-260, 1961.
29. MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: EditoraTerceiro Nome, 2012.
30. MEINIG, Donald. **Environmental appreciation: localities as a humanart**, 1971.
31. MITCHELL, Don. **Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em geografia**. In: ESPAÇO E CULTURA, RJ: UERJ, Edição Comemorativa, P. 81-101, 1993-2008.
32. NETTO, Vinicius M. **A urbanidade como devir do urbano**. In:I ENANPARQ, RJ, 2010.
33. PARSONS, James. J. **Toward a more humane geography**. In Economy Geografy. 45: guest editorial, 1969 *apud* HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: uma revisão**. In Espaço e Cultura, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p-137-147, 1993-2008.
34. PEREZ, Maria Linarejos Cruz. **Espaces publics et paysages fermés**. In: Futuropa Revue Du Conseil de l'Europen.3/2012.

35. PITTE (1986) *apud* AMORIM FILHO, O. B. **Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*. 2ª Edição. São Carlos: UFSCar/Studio Nobel, 1999, PP 136-152.
36. ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia Humanista: História, Conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo**. In: RA´E GA, Curitiba, n. 13, p. 19-27, Editora UFPR 2007.
37. ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. RJ: EdUERJ, 1999.
38. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.
39. SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Organização Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
40. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Consumo do ethos e mercadorização da cidade**. In: *Observatório Geográfico América Latina*, s.d.
41. SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2014.
42. STACKHOUSE, Max. **Ethics and the Urban Ethos An Essay in Social Theory and Theological Reconstruction**. Beacon Press Boston, 1972.
43. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1980 *apud* HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. Inp 113-123.
44. TUAN, Yi-Fu. **Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista**. In *Geograficidade*, Niterói p 4-12, 2011 *apud* HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. In *Cidades*, volume 10, número 17, 2013 p 18-29.
45. VITTE, Claudette de Castro Silva. **A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade**. In: VITTE, Claudette de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas*. RJ: Bertrand Brasil.
46. WRIGHT, John K. **Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography**. *Annals of the Association of geographers*, Washington, v37, n1, p1-15, 1947.

ARTIGO RECEBIDO EM DEZEMBRO DE 2016

ARTIGO ACEITO EM FEVEREIRO 2017